

REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES.

Erica Bianco de Souza QUEIROZ¹

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida como atividade avaliativa da disciplina de Trabalho e Educação, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), realizada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da cidade de Maceió, Alagoas. A partir do contato com o campo estudado, os objetivos foram ampliados, sendo possível inserir este esforço reflexivo no seio dos debates em torno da função do pedagogo em espaços não escolares e, ainda, investigar a importância do tema da Educação Patrimonial. Para perseguir os objetivos propostos, tomamos como pano de fundo a entrevista semiestruturada realizada com uma pedagoga que atua no instituto, revelando aspectos fundamentais sobre as metodologias possíveis dentro da realidade alagoana para além da sala de aula.

Palavras-chave: Pedagogia; Educação Patrimonial; espaços não escolares; função do pedagogo.

165

INTRODUÇÃO

De modo geral, as pesquisas para a compreensão das práticas e formação de educadores ativos em espaços não escolares cresceram significativamente ao longo dos últimos anos. Embora careça ainda de maior atenção, a temática tem despertado o interesse de diversos estudiosos, produzindo um debate cada vez mais entusiasmado, composto por visões diversas.

Mesmo havendo uma diversidade considerável de posições sobre os espaços não escolares, dentre os quais se insere uma ideia mais ou menos comum de que, no Brasil, tais espaços possuem um caráter mais assistencial/compensatório do que propriamente educacional, é importante afirmar, sobre a atuação do pedagogo, que este profissional é capaz de atuar com processos de aprendizagem que se dão para além dos limites da sala de aula, habilitado para viabilizar a gestão educacional de outros espaços, especialmente quando o conhecimento em questão é fundamental para a melhoria da convivência social em diferentes comunidades. O pedagogo - e sua híbrida formação - está apto à construção de diagnósticos que identifiquem de maneira clara as lacunas presentes num processo de ensino-aprendizagem, introduzindo metodologias efetivas para cada realidade observada.

¹ Graduanda em Pedagogia. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **E-mail:** ericabianco@gmail.com

Assim, numa sociedade de rápida transformação, faz-se necessário que os saberes também se atualizem, o que exige uma Pedagogia cooperativa, de profissionais dispostos na construção de projetos que concedam aos sujeitos reflexão, participação e ação (FRISON, 2004). Para tanto, no espaço, em sua caracterização escolar ou não escolar, deve haver uma proposta de aprendizado, de reconhecimento das individualidades dos sujeitos, de uma ideia de projeto a ser implantado para o desenvolvimento educacional e o melhoramento da vida social como um todo. Apesar de objetivos complexos a serem atingidos, é necessariamente neste âmbito que o pedagogo repousa e busca formas para, metodologicamente, tornar tais objetivos alcançáveis.

Com base nessas observações iniciais, esta pesquisa foi desenvolvida a partir do interesse em identificar o potencial de atuação do pedagogo em espaços não escolares. Para atender a esta motivação primária, foi construída uma base de dados através da coleta realizada na Casa do Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da cidade de Maceió, para cumprir com os objetivos avaliativos da disciplina Trabalho e Educação, ministrada pelo Prof. Dr. César Nonato Bezerra Candeias, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Com a realização da pesquisa de campo, que contou com o livre acesso concedido pela Técnica em Educação do IPHAN para coleta de dados, foi aplicada uma entrevista semiestruturada, onde as pretensões se tornaram mais robustas com o desenrolar do estudo.

As informações colhidas nesta etapa serão aqui apuradas a partir de alguns estudiosos que se debruçaram a analisar o elemento dos espaços não escolares e, além disso, será possível relacionar o debate em questão à Educação Patrimonial, tema específico imprescindível que foi acrescentado à atividade da pesquisa a partir da associação realizada entre Pedagogia e IPHAN. Assim sendo, os objetivos de outrora serão ampliados neste esforço reflexivo.

Como objetivo geral, o presente estudo busca, a partir da breve inserção nas discussões de diversos autores sobre o tema da educação para além da escola, compreender a atuação de uma pedagoga fora dos limites da educação escolar na cidade de Maceió, tomando suas ações com a Educação Patrimonial no IPHAN como cenário fundamental para o entendimento de seus desafios. Sendo assim, como parte deste esforço de análise que tende a perseguir um amplo objetivo, deve-se traçar alguns objetivos específicos preliminares, identificando-os a partir da realidade de trabalho desta pedagoga, tais como: as diferenças práticas de atuação de um pedagogo dentro e fora de espaços escolares formais; a importância de disciplinas complementares, tal como a Educação Patrimonial às que compõem o currículo tradicional escolar; investigar quais as competências exigidas para o profissional da Pedagogia atuante dentro da proposta do IPHAN.

Conforme a delimitação de tais objetivos, algumas inquietações podem ser identificadas como norteadoras desta pesquisa, tais como: qual a necessidade em utilizar-se de

espaços não escolares para o desenvolvimento de aprendizagem? Qual a finalidade de uma Educação Patrimonial? Em que consiste a presença de um pedagogo? Como se relaciona a educação não escolar com a educação escolar?

Para alcançar tais respostas, deve-se anteceder uma estrutura bem definida para esse estudo, onde consta inicialmente uma discussão teórico-metodológica envolvendo autores comprometidos com a apuração do processo de aprendizagem não escolar, onde cabe-nos também identificar a proposta da Educação Patrimonial dentro de suas missões de aprendizagem. Posteriormente, expor alguns elementos fundamentais da entrevista realizada com a pedagoga e sua relação de trabalho com o IPHAN.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: GESTÃO EDUCACIONAL DO PEDAGOGO PARA ALÉM DO ESPAÇO ESCOLAR

Indispensável ao debate que nos cerca, Maria da Glória Gohn, uma das pioneiras dos estudos sobre a educação não escolar no país, nos oferece um importante percurso da interpretação destes espaços, tanto no Brasil quanto na Europa. No que se refere às atividades fora do sistema de ensino, GOHN (2010) destaca o método educacional que surgiu de dentro dos movimentos sociais e uma educação popular, que ganhou força nos anos 80 e relacionou-se intimamente aos processos de alfabetização dos adultos. Posteriormente, nos anos 90, lembra-nos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que, em 1996, reconhece a educação como desenvolvendo-se em diversos espaços, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais que, em 2006, indicam que os campos de educação não escolar são áreas de atuação para o pedagogo. Os acontecimentos são essenciais para a criação de um debate institucional da educação não formal.

Nesta oportunidade, não cabe uma discussão prolongada sobre a construção e definição dos conceitos, embora seja possível indicar, resumidamente, qual a compreensão de GOHN (2010) em torno dos conceitos de educação formal, educação não formal e educação informal, visto que essas definições serão de grande ajuda para o percurso que aqui tomaremos. Sobre educação formal, compreende-se o espaço territorial da escola, seus regulamentos e normas, sua característica estrutura interna, bem como a nítida definição curricular; na educação não formal, temos o educador social como central para lidar com a instrumentalização do espaço, onde adentram elementos como solidariedade, interesses comuns e aprendizado espontâneo; por fim, a educação informal compreende a socialização vivenciada dentro e fora da família.

Mas é na noção de GOHN (2010), de que a educação não formal não substitui a educação formal, mas sim a complementa, que nos cabe uma reflexão mais aprofundada.

Exatamente neste sentido que o Programa Mais Educação, desenvolvido pelo Ministério da Educação, Ministério da Cultura e IPHAN, lançou em 2012 um material

elucidativo para definir e expor algumas ideias básicas sobre a concepção da Educação Patrimonial e, expressamente, indica que o tema inclui-se no currículo como área transversal, tendo o objetivo de integrar-se ao conteúdo das diversas áreas de conhecimento para a sensibilização de jovens do ensino básico e médio sobre a importância em conhecer e proteger o patrimônio cultural. Assim, define ainda a Educação Patrimonial como sendo:

Os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação (PORTAL MEC, Educação Patrimonial, 2012, p. 05).

Considera ainda que:

Os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (PORTAL MEC, Educação Patrimonial, 2012, p. 05).

Dentro dessa proposta, onde a Educação Patrimonial, tal qual salientou GOHN (2010), não atua enquanto substitutiva da educação que ocorre dentro dos limites da escola, mas como complementar aos conhecimentos já adquiridos pelos jovens, resta buscar resolver a primeira indagação da pesquisa, ou seja: qual a necessidade em utilizar-se de espaços não escolares para o desenvolvimento da aprendizagem? Para tanto, é necessário introduzir ao tema a realidade da pedagoga entrevistada durante uma visita de campo realizada no IPHAN.

A entrevistada é a pedagoga Greice Lopes, consultora da UNESCO para o Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado e doutorado em Educação. Foi a responsável pela construção do espaço Brincantes em Maceió, local focado na Educação Infantil e inteiramente equipado com recursos tecnológicos que visa estimular a interatividade lúdica para este público.

De acordo com a entrevistada, havia uma necessidade grande em trabalhar a identidade das crianças, num período em que foi diretora de uma escola em Minas Gerais. Buscou formas de introduzir complementaridades ao ensino dos jovens, o que decorreu de suas pesquisas com museus locais, ao acreditar que são nos museus que se manifestam a identidade das cidades, dos sujeitos. Passou, portanto, a levar as crianças aos museus, mesmo indicando algumas dificuldades estruturais para as visitas como, por exemplo, a concentração desses espaços nas capitais em detrimento dos interiores. Mesmo assim, relata que entre 24 e 25 anos, jamais tinha entrado num museu e que esse contato, unido ao contato das crianças a essa nova ferramenta de interação e aprendizagem, definitivamente mudou sua vida. Logo, estava convencida, pouco antes de adentrar no mestrado, que os limites da escola não dão

conta de comportar as experiências necessárias para diversas formas de ensino e aprendizagem. Greice Lopes complementa:

Então, por exemplo, todo mundo acha estranho eu no IPHAN, todo mundo pergunta: "você é museóloga?", "você é historiadora?", "você é antropóloga?" Eles não imaginam um pedagogo dentro desses espaços porque os nossos referenciais sociais e culturais é que o pedagogo está dentro da escola, mais precisamente na educação infantil e educação fundamental. E não é.

É certo que a necessidade de utilização dos espaços não escolares, portanto, se dá pela possibilidade de implantar novas formas de aprendizagem à experiência dos jovens, não no sentido de substituir, como frisou GOHN (2010), mas para complementar a prática de ensino, devendo haver ampla comunicação entre escola e comunidade. Há de se reconhecer que as atividades nesses espaços possibilitam unir o ensino à prática e que, bem como identifica a pedagoga entrevistada, não cabe somente dentro dos limites territoriais da escola. Neste caso, foi importante a presença das crianças nos museus para que haja a oportunidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos para um contato com os instrumentos formadores de suas identidades. Decididamente, a Educação Patrimonial surge nesta discussão como um tema que dá sustentação às demais disciplinas ofertadas na escola, estimulando a observação, identificação e pesquisa dos múltiplos elementos do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Apesar de cada vez mais intensa, a discussão sobre a educação não escolar ainda precisa se fazer mais presente nos cursos das áreas de Educação, sobretudo no que consta a formação de professores e o condicionamento de suas capacidades de gestão. A sistematização das práticas alternativas de educação acaba ocorrendo apenas a partir da Pós-Graduação, como no exemplo de Greice Lopes, destacada por sua longa formação e trajetória, ou seja, os métodos educacionais de professores ainda sem formação acadêmica podem estar sendo desenvolvidos na própria prática de atuação ou, quando com formação acadêmica, reproduzem práticas comuns ao ambiente escolar, sem que seja possível adequar-se à realidade educacional de fora (ZUCHETTI; BARRIO, 2007).

Também atestando para esta condição, GOHN (2010) indica que, para os chamados educadores sociais - que atuam fora do espaço escolar - é imprescindível a sistematização de procedimentos metodológicos para atuar em tais espaços, desenvolvendo práticas educativas capazes de trabalhar de acordo com a proposta daquela realidade, do contrário, mesmo considerando a importância da atuação do pedagogo nos espaços não escolares, haverá uma contínua reprodução de modelos escolares.

É precisamente neste sentido, de propor uma nova metodologia ao espaço e cumprir com uma das importantes funções do pedagogo, a de organizar e criar condições para o desenvolvimento de novas formas de aprendizagem, que a pedagoga Greice Lopes organizou, dentre outras inúmeras atividades, exposições no IPHAN de Alagoas, reunindo peças de artistas alagoanos e outros importantes nomes do Nordeste. Após a realização de um detalhado mapeamento, processo de digitalização e criação de software por parte de uma

empresa de comunicação contratada, foi possível a construção de um vasto inventário, com dados biográficos dos autores e informações sobre as peças observadas e acesso à todo acervo do instituto, armazenadas virtualmente para não comprometer na visualização da peça no local da exposição. A pedagoga destaca, inclusive, qual perfil do profissional que é procurado para desempenhar trabalhos junto ao instituto: "deve abrir vaga para pedagogo para dar continuidade nesse trabalho, mas que pedagogo é esse? Tem quer ser o pedagogo com visão, que o curso é híbrido... ele tem que entender que a educação não é só dentro da escola, mas em todos os espaços."

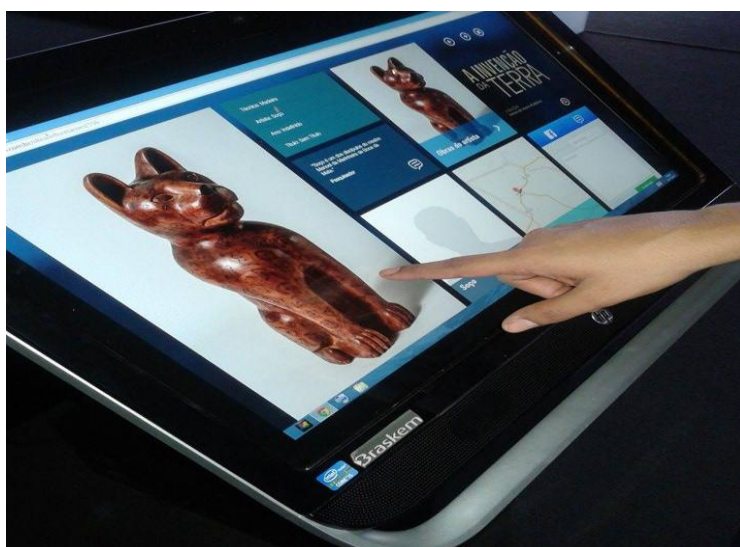


Figura 1 - Coleção digitalizada da arte popular dos artistas alagoanos. Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

Como identificado também na fala da entrevistada, o papel do pedagogo é constantemente associado à docência, à sala de aula ou funções administrativas desempenhadas no interior da escola. Porém, o processo de ensino-aprendizagem tornou-se complexo ao longo dos anos, ocorrendo de várias formas e em diversos lugares. Com o crescimento tecnológico, a expansão industrial e a necessidade por mão de obra qualificada, o modelo de educação passou por profundas transformações e o saber técnico assumiu um posto imprescindível dentro da sociedade capitalista.

Isto porque a ideia hegemônica é a de que a educação está completamente ligada à instituição escolar. Há aqui um movimento necessário, no sentido de desestabilizar esta construção histórica recente, para que outros cenários possam se agregar à escola, no compartilhamento da tarefa de educar (MOURA; ZUCHETTI, 2006, p. 229).

Essa nova organização social refletiu em diversas áreas, mas principalmente na educação. "A educação torna-se, assim, um modo de preparar as novas gerações de proprietários e de não proprietários para a posição que irão ocupar na hierarquia do processo

de produção." (PILETTI; PRAXEDES, p. 55, 2010). Uma visão pessimista do processo, mas que ao longo do tempo foi tomando outras significações. Dessa maneira, além da educação dentro da escola, tornou-se importante a presença de um profissional responsável pela articulação de ações educativas e pelo estímulo comunicativo entre diversos setores. E o pedagogo, por sua formação híbrida, traz uma visão privilegiada deste processo, sobretudo no que tange o universo infantil. A pedagoga Greice Lopes, ligada ao IPHAN, relembra: "... quando eu estava organizando essa exposição aqui, o arquiteto que estava montando os módulos tem a visão da arquitetura, do design. E é nesse momento que eu falo: 'gente, mas isso aqui está alto. Isso tem que ser numa altura que dê pra criança tocar'." Essa percepção foi fundamental para que Greice Lopes identificasse que o espaço escolar poderia ser ampliado e, ainda, melhorado, para despertar novas maneiras do contato da criança com as informações recebidas, não enquanto sujeitos meramente receptores dos dados, mas como independentes no manuseio dos objetos e na valorização de seus próprios interesses para buscar a informação.

Segundo a pedagoga, inquietou-se, ainda em Minas Gerais, pela forma automática e desanimada com que as crianças chegavam na escola, encontrando nas expressões artísticas formas de criar novas dinâmicas de ensino que pudessem se relacionar diretamente com os conteúdos programáticos do ensino escolar. "Se eu tenho uma cidade barroca, então vou à campo. E as aulas de campo é para isso. Eu vou falar do Jaraguá dentro da sala? Não. Vamos sair com essas crianças e ter outro olhar da praça de Jaraguá, da Associação Comercial, do Misa, do Pierre Chalita, os memoriais."

171



Figura 2 - Parte do espaço Brincantes. Fonte: Pesquisa de campo (2014).

No entanto, assim como em diversas áreas, o pedagogo precisa estar em sintonia com outros setores para desempenhar de maneira efetiva suas funções. Dessa forma, é

indispensável tratar de algumas especificidades do IPHAN de Alagoas, instituto que possibilitou a inovação de aprendizado proposta por Greice Lopes.

IPHAN DE ALAGOAS: UMA BREVE DEFINIÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO ESCOLAR

A superintendência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), localizado em Maceió, Alagoas, foi fundada em 16 de setembro de 2010 e tem como objetivo promover e coordenar a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Sua estrutura é dividida em dois andares. No térreo, há um espaço relativamente vago, onde ocorrem diversas apresentações que simbolizam a riqueza da cultura local (podendo ocorrer também em seu auditório); a parte baixa da estrutura do IPHAN comporta salas técnicas, com escritórios e salas de reuniões; por fim, o andar superior comporta a mostra artística, com distintas artes populares que são divididas em duas salas, onde há, nesse ambiente, um espaço reservado para o público infantil. O IPHAN de Alagoas ainda é responsável pelo tombamento² de três sítios: Penedo, Marechal Deodoro e Piranhas.

172

A síntese biográfica e a breve descrição estrutural foram apresentadas de maneira proposital para que tenhamos a noção de importantes elementos de organização do IPHAN. O instituto é uma autarquia do Governo Federal, vinculado ao Ministério da Cultura, com a responsabilidade sobre o acervo patrimonial material e imaterial do país. Estes aspectos estruturais são decisivos para que percebamos uma formalização muito complexa do instituto, o que nos coloca novamente diante de questões de ordem conceitual.

Historicamente, o termo "educação não formal" serve para designar ações desempenhadas fora do âmbito escolar. No entanto, MOURA e ZUCHETTI (2006) percebem essa delimitação como problemática, pois limita ou subtrai a importância de inúmeras experiências vividas em atividades de aprendizado fora da estrutura da escola, dentre as quais citamos brevemente nos exemplos das crianças em contato com museus ou das exposições interativas criadas pelo IPHAN, sob a responsabilidade de Greice Lopes.

Deste modo, é preferível entender que, havendo presença do Estado - no Brasil, essa aproximação tornou-se comum a partir da década de 70 - seja ela direta ou indireta, representada por um aparato burocrático mais ou menos democrático, podem ser reconhecidos enquanto práticas "formais" de educação, mesmo situadas fora do contexto escolar (MOURA;

² O tombamento é uma medida legal de proteção que visa a preservação do patrimônio, sendo assim, o instituto em questão assegura a conservação, a preservação e a integridade dos bens dos três municípios citados.

ZUCHETTI, 2006). Por essa perspectiva, e diferindo conceitualmente da visão de GOHN (2010), seria o IPHAN um modelo de educação formal, não escolar, por sua complexa configuração organizacional. "Desse modo, as práticas de educação não escolar parecem estar fixadas num Sistema tanto quanto a educação escolar, embora não componham o Sistema de Ensino." (MOURA; ZUCHETTI, 2006, p. 231). E, ainda: "Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se apresentam, sem dúvida alguma, como uma alternativa de acesso à educação, também configuram práticas de educação formal(izadas)." (MOURA; ZUCHETTI, 2006, p. 231).

Como exemplo dessa robusta organização, em 2015, o IPHAN, juntamente com a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), desenvolveu o primeiro Mapeamento Cultural - inventário e Salvaguarda - do Patrimônio Imaterial do Brasil. Em sua primeira etapa, os 102 municípios alagoanos foram contemplados com um levantamento preliminar das suas referências culturais. As políticas a serem desenvolvidas pelo Estado são construídas mais facilmente a partir da catalogação das manifestações culturais existentes. A evidência de uma instituição formal fica ainda mais evidente quando, para firmar o convênio SECULT e Governo Federal, o financiamento por meio do IPHAN foi de 1,8 milhão em investimentos. Projeto posteriormente executado pela Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que desenvolveram o inventário.

O mapeamento foi decisivo para o projeto Brincantes, encabeçado pela pedagoga Greice Lopes, pois pôde haver uma informatização da cultura local, estando acessível às crianças. Portanto, a pedagogia, além de criar as possibilidades para a inovação na aprendizagem, também carece em grande escala da comunicação com as demais áreas, revelando seu aspecto transdisciplinar.

CONCLUSÃO

O referente estudo, que surgiu a partir de uma atividade avaliativa do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), buscou envolver-se nos debates crescentes em torno da atuação do pedagogo em espaços não escolares, tomando como base para análise a realidade da pedagoga Greice Lopes, consultora da UNESCO para o Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Alagoas. A partir de alguns relatos selecionados numa entrevista semiestruturada, foi possível delinear uma prática pedagógica fora do espaço escolar, movida, sobretudo, pela necessidade de ampliação dos conhecimentos das crianças e experimentação com outras formas de ensino-aprendizagem. Portanto, foi possível elucidar, dentre outras questões, que o pedagogo é fundamental - e é inteiramente capaz - de desempenhar funções com a gestão educacional para além dos muros da escola, embora deva-se reconhecer que a formação deste profissional precisa de maior atenção, especialmente no que diz respeito ao

seu referencial metodológico para atuar em diversos âmbitos socioeducativos, o que evitaria a mera reprodução das dinâmicas da escola também do lado de fora dela.

Comunicando-se com as mais diversas áreas, cabe ao pedagogo a averiguação do contexto onde está inserido para um eficaz diagnóstico das necessidades educacionais do local como, no caso de Greice Lopes, a criação de condições de acessibilidade, para que a criança consiga não apenas ver a arte, mas interagir com a mesma. Nesse aspecto, identificamos alguns elementos em torno da Educação Patrimonial em Alagoas que, através do IPHAN em parceria com o Governo de Alagoas, ONGs e demais instituições interessadas, realiza uma atuação complementar aos temas obrigatoriamente abordados na escola, sob o olhar pedagógico de uma profissional que reconhece a pluralidade de sua formação e se sensibiliza na criação de técnicas para aprimorar o ensino infantil. Para além da sala de aula, as crianças têm contato com inúmeros símbolos que constituem sua cultura, identidade, podendo criar conexões entre teoria e prática, conhecendo os valores artísticos locais e tendo acesso à formas de preservação desde muito cedo.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRISON, L. M. B. **O pedagogo em espaços não-escolares: novos desafios**. Ciênc. let., Porto Alegre, n. 36, p. 87-103, jul./dez 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. 104 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **O educador: quem ele é?** Revista ABC EDUCATIO, nº50: 12-16, outubro, 2005.

MOURA, Eliana P. G.; ZUCHETTI, Dinora Tereza. Explorando outros cenários: educação não escolar e Pedagogia Social. In: Revista Unisinos de Educação. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. GATTI. **Sociologia da educação**: Do positivismo aos estudos culturais. São Paulo: Ática, 2010.

PORTAL MEC, **Educação Patrimonial**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10290-mais-educacao-web-14-02-2012-pdf&Itemid=30192.> Acesso em: de 20 fevereiro 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, **AL desenvolve 1º Mapeamento Cultural do Patrimônio Imaterial do Brasil**. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/al-desenvolve-1o-mapeamento-cultural-do-patrimonio-imaterial-do-brasil>>.

Acesso em: 20 fevereiro de 2017.

ZUCHETTI, D. T.; BARRIO, B. P. . Discutindo práticas de educação não escolar a partir de políticas de atenção à juventude. **Reflexão e Ação**, v. 15, p. 142-157, 2007.